

Planalto teme o caos depois da nova Carta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Conta o senador Marco Maciel que, menino ainda, assistia a um jogo de futebol no interior pernambucano, entre os times de Pesqueira e de Arcoverde. Faltavam dez minutos para terminar o segundo tempo e um deles vencia por um a zero. Houve um lateral e o beque do time até então vitorioso estava com a bola no alto das duas mãos, para executá-lo, quando ouviu o presidente do clube que ia sendo derrotado lamuriar-se, bem junto à linha do gramado: "Não é possível. Já perdemos, não tem mais jeito". O craque inclinou-se para o lado dos lamentos e, ao tempo em que jogava a bola, retrucou: "Depende, doutor, de nós conversarmos".

Assim se coloca, para o presidente do PFL, a grave questão verificada na Assembleia Nacional Constituinte. Ontem completaram-se cinco meses da instalação dos trabalhos e, na opinião geral, as coisas vão mal. O anteprojeto preparado pela Comissão de Sistematização é ruim. Recebeu críticas dos mais diversos grupos partidários e, pior do que isso, não agradou à sociedade. Suas contradições e sua fantasia só não são piores do que as rígidas regras impostas pelo regimento interno, que impedem qualquer modificação, a não ser no plenário da Constituinte, quando então estaremos a dez minutos do final da partida. Mas ainda há, para Marco Maciel, uma saída: depende de os partidos conversarem.

Empenhado há três meses na tentativa de celebração de um pacto partidário, e tendo dialogado com Luís Ignácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Jarbas Passarinho, e, ontem, com Alvaro Valle, do PL, o ex-governador de Pernambuco sustenta o entendimento entre os partidos como forma de sairmos da transição para a democracia plena. Só por um acordo amplo, onde os pontos de convergência suplantem os pontos de divergência e superem os inconciliáveis será possível, em seu entender, a consolidação do regime e da Nova República. Bem como a criação de condições para enfrentarmos os graves obstáculos da conjuntura, desde a crise econômica e seus efeitos sociais até a dívida externa, a preservação do desenvolvimento e outras necessidades.

Pois agora irrompe nova e mais forte razão para que os partidos dialoguem e cheguem a soluções comuns: a nova Constituição. Como esta o anteprojeto, será impossível evitar o caos imediatamente posterior à promulgação. O sistema de governo, meio parlamentarista, meio presidencialista, configura e personaliza o impasse. Redundâncias e lirismo fluem de diversos capítulos. Na economia, prevalecem casuísmos, assemelhando-se a uma Constituição a uma consolidação de portarias ministeriais e até de determinações de diretores de departamentos e de chefes de seção. E essa a hora de

rever tudo, de encontrar um caminho em condições de gerar uma Constituição normativa, com princípios fundamentais. Importa menos que o regimento interno proibida a apresentação de emendas modificadoras, nessa fase do processo. Se as lideranças e direções partidárias começarem agora a preparação de emendas substitutivas, mesmo que elas só possam ser apresentadas em agosto, o objetivo terá sido atingido. Ele tem registrado boa receptividade por parte dos dirigentes com quem tem conversado, e está disposto a esse esforço suplementar.

Maciel assinala os motivos do impasse atual. A Assembleia Nacional Constituinte, ao contrário do acontecido com as Cartas de 1824, 1891, 1934, 1946 e 1967, preferiu não começar seus trabalhos a partir de um anteprojeto. O resultado foi que as 24 subcomissões e oito comissões, outra inovação, entenderam abrir o espectro constituinte, inserindo nas sugestões para os diversos capítulos todo o tipo de normas, das fundamentais às desnecessárias. Não funcionou uma grande comissão, parcialmente representada, à qual caberia preparar esboço integrado e uniforme. Assim, chegamos às dificuldades presentes.

Fora de um entendimento amplo não haverá saída. Quem também reconhece é o presidente da República. Tendo evitado a apresentação de um anteprojeto à Assembleia Nacional Constituinte, por conta de não querer influir nos trabalhos e, também, por ter achado ruim o texto preparado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Sarney se deu conta, no último fim de semana, dos perigos da desagregação de princípios em que resultaram os trabalhos. Ele passou sábado e domingo debruçado sobre o texto do relator da Comissão de Sistematização e concluiu que, dessa maneira, não dá. Preocupou-se e começou a mobilizar as forças possíveis de reverter o quadro. Na segunda-feira almoçou com Marco Maciel, tendo ouvido um relato sobre as negociações em torno do pacto partidário. Pediu ao ex-chefe do Gabinete Civil que ampliasse as conversas, substancialmente, até a tarefa constituinte. Sarney também solicitou do ministro da Justiça e do consultor-geral da República que comessem a preparar alternativas para serem apresentadas pelas lideranças oficiais, se houver assentimento partidário.

Maciel acredita no sucesso da empreitada. Um acordo de lideranças compromete as bancadas, menos pela fidelidade partidária, que não vale nas constituintes, do que pela sua própria essência. O importante, assim, será mobilizar as direções. Afinal, não pode ser considerada impossível uma tarefa que tem a seu favor personalidades como José Sarney, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Leonel Brizola, Luís Ignácio Lula da Silva e tantos mais.

Regimento exclusivo

Em vez de termos Constituinte exclusiva, diz o líder do governo, Carlos Sant'Anna, acabamos tendo regimento exclusivo. O regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte tornou-se instrumento tão duro e inflexível que nem o plenário está podendo alterá-lo, mesmo diante da óbvia falha de determinados capítulos e artigos. Para o deputado pela Bahia, o remédio é ir apresentando emendas que alterem o mérito do anteprojeto em exame, ainda que contrariando o regimento, para ver se pegam. Pelo menos, ficarão as idéias.

Como parece difícil mudar o regimento e, assim, fulminar desde já o monstro em que se transformou o anteprojeto da Comissão de Sistematização, restará apresentar, em plenário, uma série de emendas amplas, cada uma atingindo um dos títulos do texto referido. Seria o momento de expurgar o anteprojeto de tudo o que é lrico, inócuo e fantástico, bem como de compatibilizar os diversos capítulos hoje postos em confronto.

Tentativa

Para o deputado Alvaro Valle, presidente do PL, que ontem recebeu a visita do presidente do PFL, Marco Maciel, a saída para a crise está nas eleições gerais, a se realizarem 120 dias depois da promulgação da nova Constituição. Ele propõe a cessação de todos os mandatos, inclusive parlamentares. Do presidente da República aos governadores e aos prefeitos, haveria uma renovação total, ainda que todos os atuais detentores de mandatos pudessem candidatar-se à reeleição.

Na teoria, a idéia pode ser até boa, inovadora e capaz de mudar os rumos do País. Mas na prática é inviável. De que maneira Alvaro Valle convenceria seus pares, no Senado e

na Câmara, a abrir mão dos vultuosos investimentos feitos no ano passado? Nem por milagre. Afinal, quando eles foram eleitos, essa proposta inexistia.

Valle sugere, também, drástica legislação para evitar o clientelismo político e dotar a administração federal de funcionários selecionados pelo mérito, bem como a inflexível redução da intervenção do Estado na economia, eliminando-se o déficit público e reduzindo-se a carga tributária. Outra vez, fica muito difícil o exemplo pegar, porque, para tornar-se eficaz, precisaria começar pelo Congresso. E quantos parlamentares estariam dispostos a mandar demitir todos os funcionários do Poder Legislativo que, faz décadas, entraram pela janela, sem concurso, nem mérito? Reduzir a intervenção do Estado na economia é sonho de noite de verão em pleno inverno; já bastaria que essa influência não aumentasse mais. De qualquer forma, valem as tentativas.

Atmosfera

Está carregada a atmosfera em Brasília. Nos corredores do Congresso e, mesmo, nos ministérios, o que mais se pergunta é onde as coisas vão parar. Afinal, se fossem só as crises conjunturais, daria para ir levando. A elas, porém, soma-se o impasse constituinte, sentindo-se que teoria e prática misturam-se de maneira perigosa. O senador José Richa sustenta a interrupção dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte enquanto a crise conjuntural permanecer aguda, mas sua tese não irá adiante. Afinal, a reciproca não é verdadeira, ou seja, não podemos suspender os problemas conjunturais e pretender que eles não existam por conta de um esforço concentrado para desatir o nó constituinte...